

# **A MODERNIZAÇÃO<sup>1</sup> DO ENSINO DA ACADEMIA DA FORÇA AÉREA: PERSPECTIVAS DE UM PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO**

## **THE MODERNIZATION OF AIR FORCE ACADEMY TEACHING: PERSPECTIVES OF STRATEGIC PLANNING**

Helaine Cia\*

### **RESUMO**

O presente artigo possui como objeto de estudo a formação dos oficiais da Academia da Força Aérea (AFA), localizada na cidade de Pirassununga, no Estado de São Paulo. O objetivo foi verificar os aportes da Educação Sociocomunitária na modernização do ensino<sup>2</sup> e a consolidação de perspectivas constantes no Planejamento Estratégico da organização. Utilizou-se como metodologia a análise documental, através do exame de documentos internos da organização militar, permitindo traçar o desenvolvimento do ensino dos oficiais da AFA. Espera-se que a Educação Sociocomunitária seja um dos caminhos para compreender as implicações e as perspectivas estratégicas na modernização do ensino da AFA.

**Palavras-chave:** Modernização do Ensino. Educação Militar. Ensino Profissional.

### **ABSTRACT**

This article aims to study the training of officers of the Air Force Academy (AFA), located in the city of Pirassununga, in the State of São Paulo. The objective was to verify the contributions of Socio-Community Education in the modernization of teaching and the consolidation of constant perspectives in the Strategic Planning of the organization. Documentary analysis was used as a methodology, through the examination of internal documents of the military organization, allowing to trace the development of the teaching of the AFA officers. Sociocommunication Education is expected to be one of the ways to understand the implications and strategic perspectives in modernizing AFA education.

**Keywords:** Modernization of Teaching. Military Education. Professional Education.

---

<sup>1</sup> O termo “modernização” está presente nos documentos analisados: Plano de Modernização do Ensino da Aeronáutica (PCA 37-11,2015), Planejamento Estratégico da AFA (2014), Livro Branco de Defesa Nacional (2012), A Estratégia Nacional de Defesa (2008), Plano Militar da Aeronáutica (2010) e o I Simpósio Pedagógico da DIRENS, com o tema: Modernização do Ensino, Estratégias e Desafios (2017).

\* Mestre em Educação. 1º Ten. Pedagoga da AFA. Aluna especial no 2º semestre de 2017, no Programa de Doutorado em Educação na UNICAMP, na disciplina: Planejamento Educacional e Gestão. [helakine@gmail.com](mailto:helakine@gmail.com)

<sup>2</sup> De acordo com o Plano de Modernização do Ensino da Aeronáutica (PCA 37-11, 2015, p. 24) “É nessa perspectiva que o Departamento de Ensino compreende a necessidade de mudança organizacional, de modo a contemplar um dos motes para realizar a modernização do ensino na Aeronáutica: mapeando e otimizando processos para manter o foco no ensino em suas especificidades”.

## Introdução

As Forças Armadas do Brasil - a Marinha, o Exército e a Aeronáutica -, preparam profissionais altamente capacitados para atuarem em diversos contextos sociais, agindo sob os flancos por onde as ameaças externas podem adentrar no país. O gerenciamento das Forças Armadas é de responsabilidade do Estado. A ele cabe garantir a proteção da nação “contra a ingerência externa em seu território e em águas jurisdicionais, inclusive o espaço aéreo sobrejacente, o leito marinho e o subsolo” (BRASIL, 2012, p. 27).

Nesse contexto, as Forças Armadas

[...] destinam-se a defender a Pátria e a garantir os poderes constituídos, a lei e a ordem. São instituições nacionais, permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República e dentro dos limites da lei (LEI Nº 6.880, DE 9 DE DEZEMBRO DE 1980, ESTATUTO DOS MILITARES, ART. 2º).

O preparo do oficial militar inicia-se na organização de ensino superior militar. E esse ensino “é regulado em lei específica, admitida a equivalência de estudos, de acordo com as normas fixadas pelos sistemas de ensino” (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 1996). Ou seja, as escolas de ensino militar possuem autonomia para desenvolverem um currículo voltado à formação específica, que se traduz na preparação do “ser” militar.

Para Santos (1991, p. 11), o militar se especializa no “exercício da violência, sendo responsável pela segurança do Estado”, além disso, passa a valorizar a disciplina e a hierarquia, características tão vivenciadas e aquilatadas nas escolas militares.

A organização militar escolhida para o objeto de estudo foi a Academia da Força Aérea (AFA), localizada na cidade de Pirassununga-SP, a qual tem como a missão de

[...] formar Oficiais de Carreira da Aeronáutica dos Quadros de Oficiais Aviadores, Intendentes e de Infantaria da Aeronáutica, desenvolvendo em cada cadete os atributos militares, intelectuais e profissionais, além dos padrões éticos, morais, cívicos e sociais, obtendo-se, ao final desse processo, oficiais em condições de se tornarem líderes de *uma moderna*<sup>3</sup> Força Aérea (AFA, 2014, p. 23, grifo nosso).

---

<sup>3</sup> “[...] Os estudos acerca do desenvolvimento do aparato educacional militar apontaram que o nome dado ao processo, *modernização*, assemelha-se a um processo de *acomodação de todo o sistema aos novos tempos* e, que este processo tem acompanhado toda a existência das Forças Armadas. Não comporta no desenvolver do processo, *aspectos considerados como sendo novidades originais e inovadoras*, porque muitas vezes tratou-se de *importação de modelos*. Essa constatação torna-se clara quando se estabelece um paralelo entre a historiografia militar brasileira e os processos vividos pela sociedade global ao longo dos séculos” (LUCHETTI, 2006, p. 102-103, grifo nosso).

Um dos objetivos específicos da pesquisa foi sugerir, a partir dos resultados do estudo, a contribuição da Educação Sociocomunitária na modernização do ensino, conforme preconizado no documento - Planejamento Estratégico da Academia da Força Aérea (AFA, 2014, p. 20), que propõe estratégias “para atingir os objetivos educacionais” antecipando-se a “acontecimentos futuros”.

Nesse contexto, a Educação Sociocomunitária pode ser compreendida como a “escuta de conjunto de vozes” que estão presentes na comunidade formada por militares, que participam da aprendizagem dos sujeitos, na troca de diálogos, de experiências, discutindo-as e desvelando ideologias. Ela poderá desenvolver a autonomia social e a “práxis reflexiva” (BISSOTO, 2015 apud CIA, 2017). Uma educação que valorize as vozes presentes que preparam o futuro oficial militar, desenvolvendo os aspectos afetivos, cognitivos, psicomotores e de gestores que atuarão em diversas frentes e contextos sociais, sejam eles nos âmbitos nacionais e/ou internacionais.

A metodologia utilizada foi a análise de documentos internos da organização militar de ensino, como o Planejamento Estratégico da AFA, os Currículos Mínimos dos Cursos de Formação de Oficiais Aviadores, Intendentes e Infantes.

A fundamentação legal e teórica utilizada para a elaboração do Planejamento Estratégico da AFA (PE-AFA) foram: A Estratégia Nacional de Defesa (2008), o Livro Branco de Defesa Nacional (2012) e o Plano Militar da Aeronáutica (2010).

Para compreender a proposta de modernização de ensino, é necessário entender a trajetória histórica dos cursos de formação da AFA.

### **A trajetória histórica dos cursos de formação da AFA**

Por muitos anos, a Aviação Militar, no Brasil, ficou dividida entre a Marinha e o Exército Brasileiro. Com a eclosão da 2ª Guerra Mundial, as duas Escolas de Aviação, a Marinha e o Exército foram extintos e originou uma nova Força Armada – a Força Aérea Brasileira. No dia 20 de janeiro de 1941, foi sancionado o Decreto-Lei nº 2.961, criando o Ministério da Aeronáutica (DEMO, 2006).

Com o desenvolvimento da área urbana na cidade do Rio de Janeiro, a Escola de Aeronáutica passou a não possuir espaço físico para ser ampliada e, a cada dia, aumentava o fluxo de aviões comerciais, o que comprometia os voos e os treinamentos aéreos. Houve a necessidade da construção de uma nova escola e um estudo foi realizado no ano de 1942, para verificar o novo local. Foram pesquisadas as cidades do interior do Estado de

São Paulo: Campinas, Pirassununga, Rio Claro e Ribeirão Preto (DEMO, 2006). Dentre elas, a escolhida foi a cidade de Pirassununga, devido às condições “climáticas” e “topográficas” (IZOLA, 1999, p. 19).

No dia 10 de julho de 1969, o nome de Escola de Aeronáutica foi modificado para Academia da Força Aérea. E, no ano de 1971, ocorreu a total transferência da escola do Campo dos Afonsos para a cidade de Pirassununga (IZOLA, 1999).

Com o término da 2ª Guerra Mundial, houve a necessidade de repensar a formação do Oficial Aviador da Força Aérea. Criou-se, então a Escola Preparatória de Cadetes do Ar (EPCAr), localizada na cidade de Barbacena, no estado de Minas Gerais. Segundo Ludwig (1981, p. 3), a escola formaria cadetes com um currículo voltado ao Segundo Ciclo Colegial (equivalente ao Ensino Médio e as instruções seriam inerentes à formação de um militar). No ano de 1952, “foi aprovado o Regulamento da Escola da Aeronáutica” e foram elaborados os currículos dos Cursos de Formação de Oficiais Aviadores e Intendentes, “respectivamente com três e dois anos de duração”.

E ainda:

[...] em 1965 ocorreu uma mudança quanto ao tempo destinado ao curso de formação de oficiais aviadores, o qual passou a ser de quatro anos em vez de três, como anteriormente fixado. O mesmo aconteceu com o de preparação de oficiais intendentes em 1967. Logo a seguir, com a promulgação da Portaria 048GM7, em 1969 ativa-se o curso de formação de pilotos militares criado no ano anterior. Devido a tal fato, os cursos de aviadores e intendentes voltam, novamente, a ter três anos de duração<sup>4</sup> (LUDWIG, 1981, p. 3).

No ano de 1971, os currículos eram voltados para o “Curso de Engenharia Operacional da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro”, preparando o oficial na “*formação científica equivalente à de uma Escola de Engenharia*” (LUDWIG, 1981, p. 4, grifo do autor). Em 1973, o curso foi substituído pela Engenharia Fundamental, do Instituto Tecnológico da Aeronáutica. A justificativa se deu a partir do Aviso nº R-14/GM3, de 10 de setembro de 1973. O documento trazia as orientações para incluir estudos sobre as Ciências Humanas, Sociais e Técnico Especializada. E no curso de Intendência, o currículo voltava-se à “*formação especializada de um economista, administrador e bacharel em ciências contábeis*” (LUDWIG, 1981, p. 5, grifo do autor).

No ano de 1978, novas atualizações curriculares ocorreram com as seguintes justificativas:

---

<sup>4</sup> Para Ludwig (1981), no ano de 1972, os cursos de Oficiais Aviadores e Intendentes passaram novamente para quatro anos de formação.

a) integração entre as áreas de ciências e tecnologia e as ciências humanas; b) preparar o futuro oficial às necessidades e à política de recursos humanos; c) flexibilidade, a fim de que o cadete e o futuro oficial possam completar a sua formação profissional em qualquer das universidades brasileiras (LUDWIG, 1981, p. 5).

O Curso de Formação de Oficiais de Infantaria, desde 1978, era realizado na Escola de Especialistas da Aeronáutica, em Curitiba. Em 1983, o curso foi transferido para a AFA. No ano de 1987, o curso era de três anos e, em 1996, passou para quatro anos (DEMO, 2006, p. 60). Em 1988, foram inseridas disciplinas que se referiam ao conhecimento administrativo, consideradas como fundamentais na formação de oficiais da Força Aérea Brasileira (FERRO, 2010). A partir de 2003, o Comando da Aeronáutica determinou que os Currículos Mínimos dos Cursos de Formação da AFA fossem baseados no Curso de Administração Pública e reconhecidos pelo Ministério da Educação e Cultura (DEMO, 2006, p. 65).

Para Gualazzi (1985 apud DEMO, 2006, p. 72), ao fim da 2ª Guerra Mundial, a formação de um oficial voltava-se à necessidade do gerenciamento administrativo, atendendo as organizações que iria trabalhar.

Segundo Pereira e Spink (1999), a “administração pública gerencial”

É orientada para o cidadão e para a obtenção de resultados; pressupõe que os políticos e os funcionários públicos são merecedores de grau limitado de confiança; como estratégia, serve-se da descentralização e do incentivo à criatividade e à inovação; e utiliza o contrato de gestão como instrumento de controle dos gestores públicos (PEREIRA; SPINK, 1999, p. 28).

Diante da necessidade de formar profissionais com capacidade de gerenciar e administrar as diversas organizações militares distribuídas pelo país foi criada a Portaria nº 4.115, de 30 de novembro de 2005, do Ministério da Educação, do Ensino Superior. A Portaria declara a equivalência do Bacharelado de Administração, em relação aos cursos ministrados pela Instituição de Ensino Superior (IES) do sistema civil. Com isso, os alunos que concluíram o curso a partir de 2007 passaram a receber o título de Bacharel em Administração, com ênfase em Administração Pública.

Atualmente, os três Cursos de Formação de Oficiais possuem duas graduações de bacharelados. A primeira se refere à específica da formação militar e a segunda, Bacharelado em Administração, com ênfase em Administração Pública.

a) Oficiais Aviadores: Bacharel em Ciências Aeronáuticas, com Habilitação em Aviação Militar e Bacharel em Administração, com ênfase em Administração Pública;

b) Oficiais Intendentes: Bacharel em Ciências da Logística, com Habilitação em Intendência da Aeronáutica e Bacharel em Administração, com ênfase em Administração Pública;

c) Oficiais de Infantaria: Bacharel em Ciências Militares, com Habilitação em Infantaria da Aeronáutica e Bacharel em Administração, com ênfase em Administração Pública (DEPENS, 2014).

Durante os anos de formação na AFA, o cadete aprenderá a *gerenciar e liderar* os diversos campos de batalhas com os quais irá se deparar ao longo de sua carreira profissional.

Para Matus (2000), uma pessoa aprende a ser líder em situações práticas e,

Essa prática não é pedagógica e nem científica: ela *é*, simplesmente, como a vida, com sua trivialidade, seus desafios, suas circunstâncias. Não é o que *deveria – ser* para ser eficaz. É predominantemente intuitiva e tem falhas, distorções e vícios. Tem também qualidades: é um processo seletivo extremamente exigente [...] (MATUS, 2000, p. 32, grifo do autor).

O trabalho voltado à liderança, na organização militar desenvolve o respeito entre os alunos, e a aprendizagem de habilidades sob o gerenciamento da defesa, levando o aluno ao domínio da “*autonomia, responsabilidade, iniciativa e cooperação*” (LUDWIG, 1998, p.115, grifo nosso).

O conceito de autonomia

[...] exige a percepção da natureza dialética da relação entre socialização e individuação. Educar homens e mulheres autônomos é garantir a emergência de subjetividades críticas sobre o pano de fundo de uma tradição cultural gerada pela linguagem e pelo trabalho, o que só é possível pelo desenvolvimento de competências para se apropriar de conteúdos e da capacidade de tomar postura crítica frente a eles. O juízo crítico se desenvolve mais pela forma como se ensina do que pelo conteúdo do que se ensina (PDE, 2007, p. 41).

Para acompanhar o processo das constantes atualizações do mundo, a AFA preocupa-se com a modernização do ensino e, para isso, foi elaborado o “Planejamento Estratégico da Academia da Força Aérea”, por uma equipe gestora de oficiais e de professores, seguindo as “premissas estabelecidas” pela Diretoria de Ensino da Aeronáutica e no embasamento teórico de documentos: o Livro Branco de Defesa Nacional, o Plano Estratégico Militar da Aeronáutica e A Estratégia Nacional de Defesa (AFA, 2014, p. 10).

O PE-AFA tem como objetivo

[...] definir como a Academia da Força Aérea *será gerida no horizonte de tempo de 2015 a 2030*. Assim, o PE-AFA possibilita ao Comando da Academia *estabelecer a direção a ser seguida*, antecipando os acontecimentos futuros, de maneira que possam ser adotadas ações estratégicas para atingir os objetivos organizacionais. Além disso, o PE-AFA permitirá: reduzir incertezas nas tomadas de decisões; proporcionar alinhamento, coerência e segurança no processo decisório; otimizar os recursos; estabelecer padrões de desempenho; buscar a excelência; atender às determinações do controle interno e externo da administração pública federal; e possibilitar a continuidade administrativa (AFA, 2014, p. 104, grifo nosso).

As propostas da AFA quanto a visão de médio e longo prazo

Visão de Médio Prazo – 2020, ser reconhecida pela Força Aérea Brasileira como uma *escola de excelência*, em *constante aprimoramento* e fundamental na *formação profissional, ética e moral* dos *líderes* necessários para o cumprimento da Força Aérea (AFA, 2014, p. 105, grifo do autor).

Visão de Longo Prazo – 2030, ser reconhecida mundialmente pela *excelência na formação profissional, ética e moral* dos *líderes* que a Força Aérea Brasileira necessita para o cumprimento de sua missão (AFA, 2014, p. 105, grifo do autor).

Para Lamarra e Aguerro (1983, p. 92-93), os planos que correspondem aos períodos de longo, médio e/ou curto prazo podem ser compreendidos da seguinte maneira:

*O plano de longo prazo* fixa a imagem-objetivo; o de *médio prazo* estabelece a estratégia, e o de *curto prazo* determina as operações. Isto quer dizer que, se falta algum deles, o planejamento, como processo, não pode exercer adequadamente sua função de ponte entre as dimensões política e administrativa, pelo que é bastante provável que perca efetividade. Dado que o planejamento é uma tarefa complexa em sua própria realização, vão aparecendo esses diversos níveis de formulação, já que todos eles são necessários.

E ainda, os documentos que se referem aos planos “devem estar relacionados, por um lado, com as grandes diretrizes de política e, por outro, com as características principais do aparelho administrativo do Estado, que será encarregado de implementar seu conteúdo” (LAMARRA; AGUERRONDO, 1983, p. 92).

Um dos princípios norteadores do PEMAER (2010) se refere à modernização dos “sistemas de formação e de pós-formação de recursos humanos”, sendo um diretor do Planejamento Estratégico da Academia da Força Aérea (2015 a 2030), um estudo que está em fase de desenvolvimento (AFA, 2014). Ao mesmo tempo, é importante destacar que esse processo de planejamento é moroso e o documento do PEMAER (2010) se antecipa quanto a essa falta de sintonia entre o tempo e operacionalização das ações.

Vivemos um período de rápidas transformações e acelerada evolução tecnológica, cujo progresso se faz, predominantemente, pela aquisição de novos conceitos; em um mundo onde o que é solução hoje, já não satisfaz amanhã, tal a velocidade dos acontecimentos (PEMAER, 2010, p. 102).

Atualmente, o ensino da AFA é pautado no ensino tecnicista e em um currículo baseado em objetivos educacionais, conforme a Taxionomia de Bloom, orientando o instrutor no planejamento de aulas para alcançar aquelas que seriam as capacidades necessárias à formação do cadete. O ensino tecnicista, cujas características centrais já se faziam presentes nos primórdios da educação militar, tem forte fundamento na filosofia positivista. Diferencia-se enquanto teoria educacional pela predominância dos aspectos organizacionais do sistema de ensino, pela eficiência produtiva e na racionalidade técnica. O aluno é considerado um “produto” das forças externas presentes no contexto, constituindo-se como um “recurso/instrumento” para o trabalho.

Os conteúdos ministrados aos cadetes, nos quatro anos de formação, são distribuídos nos três campos de conhecimento: Campo Geral (disciplinas que se referem ao conhecimento administrativo), Campo Técnico-Especializado (disciplinas que se referem à formação técnica do Oficial Aviador, Intendente ou Infante) e Campo Militar (a formação do militar, com disciplinas e atividades de doutrina, liderança, preparo físico e atividades de campanha).

Para verificar a aprendizagem dos alunos, a maioria das provas são de múltipla escolha, uma maneira de analisar o quantitativo de acertos e erros, valorizando o conhecimento declarativo e verificando, unicamente, a aprendizagem dos conteúdos ministrados nas aulas.

Catani e Gallego (2009, p. 43) refletem sobre esse tipo de avaliação

[...] Ao se instaurarem tais práticas, os alunos acabam por “aprender” como devem se portar em cada prova, e por desenvolver certos mecanismos de sobrevivência: sabem o que e como devem escrever, de acordo com o professor que os está avaliando, restringem-se a estudar somente os “pontos” solicitados para a prova, escondem o que não sabem, supervalorizando as notas “tiradas”. Obviamente, ao conseguirem a nota, sentem-se aliviados e o que foi “estudado”, muitas vezes, cai no esquecimento [...].

O ambiente militar supervaloriza as boas notas, pois entende-se que, para tirá-las, o cadete empreende um grande esforço e demonstra competência ao decorar os conteúdos. Contrariamente ao esperado em termos educacionais, essa prática impossibilita verificar se ocorreu a passagem de um conhecimento declarativo para uma aprendizagem

“significativa”. Nem aluno, nem professor conseguem verificar se há correlação entre conhecimentos e sua ação na realidade.

O planejamento da Academia é sensível à necessidade de mudança no sistema de avaliação: “A *sala de aula* tornou-se um espaço de repetição, pobre, sem possibilidade de criação e circulação de novas ideias, ou seja, sem o prazer de aprender”. E faz-se “necessário transformar a prática de avaliação na Academia da Força Aérea, o que, por si só, justifica a mudança” (AFA, 2014, p. 45, grifo do autor).

Aos longos desses anos, percebe-se que a AFA conseguiu se estruturar como uma entidade de ensino. Com a complexidade do desenvolvimento social e tecnológico, foi necessário rever o atual sistema de ensino, de forma a preparar o futuro oficial para atuar em diversos contextos sociais, pensando de modo crítico, criativo e preventivo.

Nesse sentido, e para que a Aeronáutica possa cumprir suas atribuições constitucionais, foi estabelecido o objetivo estratégico: “modernizar os sistemas de formação e pós-formação de recursos humanos”, que visa a preparar o efetivo do COMAER para bem desempenhar suas atividades (PEMAER, 2010, p. 104).

E ainda

Assim, as necessidades de formação do futuro oficial da FAB não podem mais ser vistas somente como um conjunto de conhecimentos necessários ao cumprimento de tarefas associadas aos cargos, e sim como um conjunto de competências que o oficial mobilizará em face a uma atuação profissional cada vez mais mutável e complexa. Portanto, determinar e monitorar tais competências torna-se fundamental para a Academia da Força Aérea (AFA, 2014, p. 41).

### **Perspectivas à modernização do ensino na AFA**

No PE-AFA (2014), foram delineados os objetivos e as medidas estratégicas, quanto à nova proposta pedagógica; excelência do corpo docente; modernização da infraestrutura da organização; modernização de processo de gestão e reconhecimento da comunidade acadêmica. Essas medidas estratégicas estão em consonância com algumas das diretrizes estabelecidas no Plano Nacional de Educação<sup>5</sup> (PNE, 2014): melhoria da qualidade da educação; promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do país e valorização dos profissionais da educação.

---

<sup>5</sup> O PNE “determina diretrizes, metas e estratégias para a política educacional dos próximos dez anos” (PNE 2014; MEC, 2017)

O PEMAER (2010), quando se refere à formação profissional e acadêmica dos cadetes, preocupa-se com o ato de “ensinar a ensinar e ensinar a aprender, como bases fundamentais da edificação do conhecimento humano” (PEMAER, 2010, p. 104).

Esses conceitos apresentados parecem estar muito próximos dos quatro pilares da educação, propostos por Delors (2010, p. 31), que coordenou a Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI, redigindo, a partir dos estudos dessa Comissão, um relatório para a UNESCO. Os pilares são:

a) aprender a conhecer: o aluno deverá ter a oportunidade de estudar com profundidade diversos assuntos, possibilitando uma educação voltada ao longo da vida.

b) aprender a fazer: desenvolver as competências necessárias do profissional, aprendendo a trabalhar em grupo e, futuramente, colocar essas experiências na prática.

c) aprender a conviver: saber compreender e respeitar o outro, criando relações de interdependência.

d) aprender a ser: conseguir gerenciar as distintas situações-problemas com “autonomia, discernimento e responsabilidade”. Considerar as potencialidades: “memória, raciocínio, sentido estético, capacidades físicas, aptidão para comunicar-se”.

Esses princípios educacionais proporcionam uma visão privilegiada de mundo, pensando-se numa educação voltada ao futuro, de forma que todos possam ter acesso ao conhecimento e também possam compartilhá-lo. A escola deverá preparar os seus alunos para uma “nova sociedade”, desenvolvendo as competências e as habilidades cognitivas necessárias para atuar no meio social (BISSOTO, 2016).

A proposta de Delors (2010) é uma das bases teóricas adotadas e previstas na modernização de ensino no Planejamento Estratégico da AFA (AFA, 2014). Contudo, Bissoto (2016) explica que é preciso que consideremos que “*não é só o aprender que está em jogo, é o tornar-se*” (BISSOTO, 2016, p. 2, grifo do autor).

Para modernizar o sistema de ensino será necessário redesenhar a influência tecnicista-positivista, por meio da escuta das várias vozes de profissionais que participam do processo de ensino e de formação do cadete, buscando desenvolver o profissional para atender a Força Armada que se deseja. Essa aprendizagem deverá ser pensada e conduzida ao “longo da vida”, isto é, acompanhando as transformações na vida dos sujeitos e da sociedade onde vivem (ALHEIT, 2013, p. 139). Adequar-se à dinamicidade da vida dos sujeitos e da própria sociedade é o principal desafio a ser enfrentado durante todo o processo de educação na vida do militar.

A aprendizagem não ocorre somente numa etapa da vida, mas ocorre em todos os seus momentos. A pessoa tem a oportunidade de aprender em diferentes contextos:

a) aprendizagem formal: ocorre “nas instituições clássicas de educação e formação”. Essa educação qualifica a pessoa, diplomando-a com a específica formação.

b) aprendizagem não-formal: as pessoas aprendem umas com as outras, em diferentes contextos sociais, como por exemplo: na família, no clube, ambiente de trabalho e outros.

c) aprendizagem informal: acontece nas experiências cotidianas que fazem parte da vida (ALHEIT, 2013, p. 139).

Os tipos de aprendizagens, formal, não-formal e informal são entendidos como impactos diferentes na formação dos sujeitos e devem ser integrados e desenvolvidos conjuntamente. É no diálogo e nos (des)encontros dessas aprendizagens que o sujeito se constitui como pessoa e como profissional. Algo ainda mais difícil de ser separado no caso do militar, pois a profissão e a vida pessoal se amalgamam.

Quanto à modernização da metodologia de ensino da AFA, observa-se que a

[...] arte de perguntar talvez seja uma das competências mais importantes para o professor/instrutor. Entretanto, não se pode perder de vista que a avaliação é a base para o sistema de classificação dos cadetes e, portanto, deve atender também a esta necessidade (AFA, 2014, p. 45).

Percebe-se que, anualmente, os Currículos Mínimos dos três cursos de formação passam por atualizações, quanto à carga horária, objetivos educacionais e conteúdos. Nota-se que as constantes atualizações curriculares são necessárias, devido à velocidade de atualizações de temas a serem discutidos ou que estão em vigor. Porém, torna-se de caráter negativo, quando, na sua efetivação, o que está proposto no currículo não atende as perspectivas do instrutor. É preciso, então, modificar novamente os currículos para atender às suas expectativas e experiência de vida. Assim, na prática, cada turma possui um tipo de formação, reforçando a necessidade de se propor uma unidade para a formação e avaliação desses oficiais.

De acordo com o PE-AFA há a necessidade de modificar o currículo para que seja fundamentado em objetivos por competências

Assim, as necessidades de formação do futuro oficial da FAB não podem mais ser vistas somente como um conjunto de conhecimentos necessários ao cumprimento de tarefas associadas aos cargos, e sim como um conjunto de competências que o oficial mobilizará em face a uma atuação profissional cada vez mais mutável e complexa. Portanto,

determinar e monitorar tais competências torna-se fundamental para a Academia da Força Aérea (AFA, 2014, p. 41).

Ao analisar o PE-AFA, percebe-se que há a compreensão de que os objetivos e as competências necessárias para a formação de um oficial devem ser flexíveis e atender a contemporaneidade para um melhor desempenho de suas funções e obrigações. Por isso, faz sentido a ideia de Coombs (1972) “[...] Não se fazem planos para serem gravados em pedra, porém para serem alterados e adaptados quando a ocasião o justificar” (COOMBS, 1972, p. 61). Por isso, toda corporação, sem exceção, deve estar compromissada com as mudanças necessárias.

Um currículo voltado às competências deverá atender as necessidades da Estratégia Nacional de Defesa, visa à formação do combatente na “rusticidade e qualificação, que saiba cumprir ordens, mas que, na ausência das mesmas, tenha iniciativa, saiba analisar os cenários e tomar decisões” (AFA, 2014, p. 38).

Para atender esse cenário, o PE-AFA propõe a reformulação curricular rompendo as divisões de disciplinas entre o Campo Geral, o Campo Técnico- Especializado e o Campo Militar. A idealização da nova proposta pedagógica deverá ocorrer com a primeira turma de ingressantes no ano de 2020 (AFA, 2014).

Para Bruno (1997, p. 44):

Melhorar a qualidade da educação vai muito além da promoção de reformas curriculares, implica, antes de tudo, criar novas formas de organização do trabalho na escola, que não apenas se contraponham às formas contemporâneas de organização e exercício do poder, mas que constituam alternativas práticas possíveis de se desenvolverem e de se generalizarem, pautadas não pelas hierarquias de comando, mas por laços de solidariedade, que consubstanciam formas coletivas de trabalho, instituindo uma lógica inovadora no âmbito das relações sociais.

Nota-se que, para modificar o atual currículo por competências, conforme preconizado no documento do PE-AFA, não há uma definição nítida de como será realizado o trabalho, mas acredita-se que se deve iniciar com um Grupo de Trabalho, que teria as seguintes tarefas: mapeamento do que seriam as competências a serem desenvolvidas; a coleta de dados junto aos setores; construir um quadro do processo formativo atual; analisar os dados e decidir o que precisa ser modificado; garantir sempre uma boa comunicação entre os membros que estão envolvidos na consecução desse projeto. A integração entre os membros da organização será fundamental para permitir a

comunicação e compreender as necessidades de cada um, contribuindo para que as propostas, quanto à modernização do ensino, se realizem.

### **Considerações Finais**

A presença das Forças Armadas do Brasil se revela no mar, na terra e no ar, e preocupando-se em ensinar os princípios essenciais para a formação dos ingressantes, que representam as futuras gerações de oficiais, que defenderão o país.

A educação, além de seus princípios e objetivos gerais, também deve atender as especificidades das Forças Armadas e, para acompanhar o desenvolvimento tecnológico e social, é preciso investir em melhorias. O “conhecimento se tornou o recurso básico do futuro”, ou seja, sem ele não temos como viabilizar modificação social alguma (ALHEIT, 2013, p. 142).

O Planejamento Estratégico da AFA descreve princípios e fundamentos, especialmente, para a formação dos cadetes. Sua definição representa mais um avanço na história da Academia e seus conceitos que embasam um ensino de melhor qualidade, apontam um grande desafio para a implementação de uma Avaliação Institucional, um Plano de Desenvolvimento Institucional, um Projeto Pedagógico de Curso e a elaboração de currículos voltados às competências e habilidades de futuros oficiais e líderes da Força Armada (PLANO DE MODERNIZAÇÃO DO ENSINO DA AERONÁUTICA, 2015).

Nesse contexto, o PE-AFA pode ser considerado

[...] um instrumento aberto e flexível, a serviço de uma *estratégia de transformação*. Para isso, em vista da análise realizada, será imprescindível superar muitas das atuais limitações metodológicas e operacionais dos planos, empreendendo um *esforço conjunto* entre *planejadores, pesquisadores, administradores e demais especialistas em educação*. Desse esforço deverão participar os docentes, principais executores do plano, e os membros da comunidade, sua destinatária final (LAMARRA; AGUERRONDO, 1983, p. 120, grifo nosso).

Se existe a proposta de modernização de ensino na AFA, a Educação Sociocomunitária poderá contribuir na escuta de vozes das pessoas que compõem a comunidade militar, voltando-se para o compromisso de um ensino de formação de líderes críticos e de profissionais com competências e habilidades específicas para atuarem na manutenção da ordem, no salvamento, na busca, no resgate, no apoio social e, principalmente, na defesa e segurança do espaço aéreo nacional. Enfrentar tal desafio é uma tarefa que uma instituição deve fazer conjuntamente com seu grupo. Faz-se

necessária a reestruturação e a modernização de ensino da AFA, por meio da promoção de diálogos em diferentes níveis da corporação, tornando-os um conjunto de múltiplas vozes para a construção de um ensino de excelência.

## **Referências**

AFA. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. **Planejamento Estratégico da Academia da Força Aérea-2015-2030** (PE-AFA), Pirassununga, p. 104, 9 dez. 2014. Documento interno, não publicado, elaborado por: Cel Av Cláudio E. C.; Cel Av Fábio S. R. L.; Cel Rf Celso A. M. M.; Ten Cel Av Wilson T.S.W.; Ten Cel Av Afonso H. J. A. J.; Maj Inf Paulo R. B. S.; Profª Drª Renata B. Z. M.; Prof. Dr. Guilherme A. S. G.; Prof. Dr. Osmar G.; Profa. Dra. Josélia M. C. H.; 2º Ten Mauro Z.

ALHEIT, P. Aprendizagem Biográfica: dentro do novo discurso da aprendizagem ao longo da vida. In: ILLERIS, K. (Org.) **Teorias contemporâneas da aprendizagem**. São Paulo: Penso, 2013. Cap. 8, p. 138-152.

BISSOTO, M. L. A. C.; MIRANDA, A. C. (Orgs). Metodologia em Educação Sociocomunitária. In: \_\_\_\_\_. **A análise crítica do discurso: sua relevância para a pesquisa em educação sociocomunitária**. Jundiaí: Paco (P) Editorial, 2015. p. 141-163.

\_\_\_\_\_. **Por que não precisamos de saberes para uma educação do/no futuro**. Texto disponibilizado pela docente. 10 de março 2016.

BRASIL. **Plano Estratégico Militar da Aeronáutica (PEMAER) 2010-2031**. Brasília, DF: Emaer, 2010. V. 53. Disponível em: <<http://www.ecsbdefesa.com.br/defesa/fts/pemaer.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2016.

\_\_\_\_\_. **Plano de Modernização do Ensino da Aeronáutica** (PCA, 37-11). Brasília, DF: DEPENDS, 2015.

BRASIL. Lei n. 6.880, de 9 de dezembro de 1980. Estatuto dos Militares. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L6880.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6880.htm)>. Acesso em: 11 fev. 2015.

\_\_\_\_\_. Lei n. 9.394/96, de 20 de dezembro de 1994. Estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF, 1996.

\_\_\_\_\_. **Livro Branco de Defesa Nacional**, 2012. Disponível em: <<http://www.defesa.gov.br/arquivos/2012/mes07/lbdn.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2016.

\_\_\_\_\_. **Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas**, Brasília, DF, 2007. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/livro/>>. Acesso em: 12 ago.2017.

\_\_\_\_\_. **Plano Nacional de Educação** (PNE), Lei 13.005 de 25 de junho de 2014, Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/\\_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm)>. Acesso em: 17 nov. 2017.

\_\_\_\_\_. Portaria no 4.115, de 30 de novembro de 2005. Secretaria de Educação Superior, do Ministério da Educação. Arquivo da Seção de Planejamento, da Academia da Força Aérea (1974 a 2010). Grupo de Trabalho Ensino EMAE. Portaria EMAE nº14/1SC, de 24 de maio de 2010.

BRUNO, L. Poder e administração no capitalismo contemporâneo. In: OLIVEIRA, D. A. (org.) **Gestão democrática da educação: desafios contemporâneos**. Petrópolis: Vozes, 1997. p. 15-45.

CIA, H. **O processo civilizador na formação de cadetes da AFA: uma perspectiva de análise pela ótica da Educação Sóciocomunitária**. 2017. 227 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – UNISAL, Americana, 2017.

COOMBS, P. H. Que é planejamento educacional? **Cad. Pesqui.**, n. 4, p. 53-94, 1972. Disponível em: <<http://educa.fcc.org.br/pdf/cp/n04/n04a02.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2017.

DEMO, M. A. O. **A formação de oficiais e as políticas educacionais da Academia da Força Aérea**. 2006. 142 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2006. Disponível em: <[http://www.bdt.d.ufscar.br/htdocs/tedeSimplificado/tde\\_busca/arquivo.php](http://www.bdt.d.ufscar.br/htdocs/tedeSimplificado/tde_busca/arquivo.php)>. Acesso em: 15 jul. 2016.

DEPENS. Departamento de Ensino da Aeronáutica. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. Portaria DEPENS nº 58 /de-1, de 10 de fevereiro de 2015. Aprova as modificações do **Currículo Mínimo do Curso de Formação de Oficiais Aviadores da Academia da Força Aérea**, 2014, atualizado em 2016. p. 142.

FERRO, L. **Histórico curricular da AFA de 1974 a 2010: arquivos da Seção de Planejamento da Divisão de Ensino**. Grupo de Trabalho Ensino EMAE. Portaria EMAE nº14/1SC, de 24 de maio de 2010.

LUCHETTI, M. S. R. **O ensino no exército brasileiro: histórico, quadro atual e reforma**. 2006, 173 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - UNIMEP, Piracicaba, 2006.

IZOLA, D. T. **Ninho das águias: Academia da Força Aérea**. São Paulo: FATEC-SP, Lenda de Pesquisa Educativa. Departamento de Mecânica. USP-EESC. Laboratório de Aeronaves, 1999. 109p.

LAMARRA, N. F.; AGUERRONDO, I. Os Planos de Educação na América Latina. In: RAMA, G. et al. **Desenvolvimento e educação na América Latina**. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1983. p. 84-120.

LUDWIG, A. C. W. **Análise dos fins educacionais relativos aos cursos de Formação de Oficiais Aviadores e Intendentes**. 1981. 120 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia da Educação) - Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, 1981.

\_\_\_\_\_. **Democracia e ensino militar**. São Paulo: Cortez.1998.

MATUS, C. **O líder sem estado-maior**. São Paulo: Fundap, 2000.

PEREIRA, L. C. B.; SPINK, P. K. **Reforma do Estado e Administração Pública Gerencial**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1999.

SANTOS, M. **O caminho do profissionalismo das Forças Armadas**. Rio de Janeiro: Editora, 1991. (Série Coleção Aeronáutica Arte Militar e Poder Aeroespacial, 4).